

# SC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE S.A.

Avenida das Comunicações, nº 04 - Prédio do CDT - Sala AM 20-A - Vila Jaraguá - Osasco - SP - CNPJ nº 09.080.087/0001-29

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	740	1.060	Fornecedores		22	40
Contas a receber de clientes	5	548	2.297	Terrenos a pagar	9	108	616
Estoques	6	122	245	Impostos e contribuições a recolher	10	91	162
Adiantamento a fornecedores		6	101	Dividendos a pagar	8 e 12.d	-	6
Impostos a recuperar	7	65	73	Contas a pagar - partes relacionadas	8	-	1.600
Outras contas a receber		27	11	Outras contas a pagar		39	114
		<b>1.508</b>	<b>3.787</b>			<b>260</b>	<b>2.538</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	5	29	1	Fornecedores		17	-
Impostos a recuperar	7	-	68	Terrenos a pagar	9	259	18
Depósitos judiciais		8	17	Provisão para contingências	11	31	90
		<b>37</b>	<b>86</b>			<b>307</b>	<b>108</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.545</b>	<b>3.873</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	12		
				Capital social		2.100	2.100
				Prejuízos acumulados		(1.122)	(873)
						<b>978</b>	<b>1.227</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.545</b>	<b>3.873</b>

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital	Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>11.100</b>	<b>531</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.649</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.422)	(1.422)
Redução de capital (Nota 12.a.)	(9.000)	-	-	-	-	(9.000)
Reserva legal	-	-	(531)	-	-	(531)
Reserva de lucros	-	-	-	(18)	-	(18)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(873)</b>	<b>1.227</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(249)	(249)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.122)</b>	<b>978</b>

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Companhia foi constituída em 11 de setembro de 2007, com sede atual em Osasco/SP. Para atender aos propósitos societários, a Companhia tem por objeto específico e exclusivo a promoção, incorporação, construção, venda e realização do empreendimento imobiliário em desenvolvimento no imóvel localizado no município de Osasco, estado de São Paulo, na Rua Juan Vicente, 482 - Jardim Quitaúna. O desenvolvimento do empreendimento é efetuado em conjunto por meio das acionistas Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Banif Real Estate (Brasil) S/A. O empreendimento é composto por 19 torres, divididas em 5 fases, as quais foram entregues nas seguintes datas: 1ª fase em Julho de 2012, 2ª fase em Novembro de 2012, 3ª fase em Agosto de 2014, 4ª fase em Maio de 2016 e a 5ª fase em Dezembro de 2017. **Efeitos da Covid-19:** A pandemia relacionada à COVID-19 (Coronavírus) representa um fator de risco de mercado, incluindo incerteza nos mercados imobiliários. A Companhia continuará monitorando as condições de mercado à medida que as informações estiverem disponíveis e avaliando os possíveis impactos, se houver, sobre o valor de seus investimentos imobiliários. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 24 de maio de 2022.

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária - Lei nº 6.404/76, complementadas pelas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente o CPC para Pequenas e Médias Empresas - PME (NBC TG 1000), deliberadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 5:** Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; **• Nota Explicativa nº 11:** Provisão para contingências - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos. No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos anteriores não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivalente de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **3.2. Ativo circulante e não circulante: Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes por venda de imóveis são atualizadas monetariamente de acordo com cláusulas contratuais, tendo como contrapartida receitas operacionais. Para as contas a receber de clientes por venda de imóveis foi constituída provisão para perda por redução ao valor recuperável nos títulos vencidos há mais de 180 dias, sendo o montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. **Estoques:** Nos imóveis a comercializar, a parcela em estoque correspondente ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, está demonstrada ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável, compostos por terrenos, materiais, mão de obra aplicada e gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário relacionado à aquisição de terreno, materiais, mão de obra aplicada, despesas com incorporação, capitalização de juros e outros correlatos. A aquisição do terreno foi efetuada através de permuta financeira, com compromisso de repasse da receita decorrente da venda dos empreendimentos, ao proprietário do terreno, como forma de pagamento, na proporção do recebimento. **Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelo valor líquido de realização.

**3.3. Passivo circulante e não circulante:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.4. Imposto de renda, contribuição social e RET:** O Imposto de renda e a Contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base no lucro presumido com períodos de apuração trimestral encerrados em 31/03, 30/06, 30/09 e 31/12 de cada ano calendário como forma de apuração dos impostos IRPJ e CSLL. A base de cálculo do Imposto de renda é calculada a base de 8% sobre as receitas brutas de Vendas de Unidades e 100% sobre as demais receitas. A Contribuição social é calculada a base de 12% sobre as receitas brutas de venda de unidades e 100% sobre as demais receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do Imposto de renda e da Contribuição social. As alíquotas aplicadas sobre a base de cálculo tributável são de 15% acrescida do adicional de 10% aplicadas sobre o excedente de R\$ 60 no trimestre para imposto de renda e 9% sobre a base de cálculo para Contribuição social. A despesa com imposto de renda e Contribuição social compreende o Imposto de renda e Contribuição social correntes reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre a base de cálculo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Diante do benefício fiscal concedido, pela Medida Provisória 601/12 convertido na Lei 12.844/13, a empresa fez a adesão ao Regime especial de tributação aplicável às Incorporadoras Imobiliárias - RET para as Fases III, IV e V do empreendimento em 05/2013, 12/2014 e 09/2015, respectivamente, que permite a tributação da receita mensal recebida sobre a venda de unidades dessa fase à alíquota de 4%. A receita dos meses anteriores, assim como a receita decorrente de outras fases do empreendimento mantêm a tributação pelo lucro

presumido. **3.5. Instrumentos financeiros:** De acordo com o CPC aplicável às pequenas e médias empresas (PME) e o reconhecimento, mensuração e evidencição dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia são registrados ao custo amortizado, tais como: contas a receber, fornecedores e terrenos a pagar. A Companhia reconhece um ativo financeiro por seu valor presente à vista, incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. **3.6. Provisão para garantia:** A Companhia opera com empresa terceirizada que é a própria garantidora dos serviços de construção no período pós-obra, portanto, não mantém provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos. **3.7. Provisão para contingências:** É constituída sempre que for provável que possa haver uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. As contingências classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e as classificadas como remotas não requerem provisão nem divulgação. **3.8. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são apresentados, de acordo com o objeto social específico seguindo o regime da competência. **3.9. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização das unidades vendidas no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e cancelamentos gerados pelos distratos. A receita operacional é reconhecida quando a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente, ou seja, quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços, quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. **(a) Venda de unidades concluídas:** Venda de unidades negociadas depois da conclusão do empreendimento. A receita é reconhecida no Resultado no momento em que a venda é efetuada. **(b) Venda de unidades durante a construção:** Venda de unidades negociadas durante a construção do empreendimento. O reconhecimento da receita é feito pelo percentual de evolução do empreendimento. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras referem-se às disponibilidades mantidas pela Companhia, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são compostas por CDB - Certificados de Depósitos Bancários do Banco Bradesco no montante de R\$ 140 e Fundo de Renda Fixa do CEF no montante de R\$ 374 (em 2020 R\$ 316 por CDB - Certificados de Depósitos Bancários do Banco Bradesco), todas com remuneração atrelada ao CDI, liquidez diária e sem penalização de resgate.

**5. Contas a receber de clientes:** Os valores relativos a clientes por incorporação de imóveis foram registrados de acordo com a prática contábil descrita na Nota Explicativa nº 3.2. Esses valores são atualizados conforme cláusulas contratuais, pela variação do Índice Nacional de Construção Civil - INCC, após a conclusão da obra e expedição do "habite-se", os valores a receber de clientes são atualizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA e líquidos de posição para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Conforme cláusulas contratuais, a partir da expedição do certificado de conclusão da obra (Habite-se), as prestações vincendas de clientes da Fase V do empreendimento cujas parcelas serão pagas com recursos próprios, são acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

Clientes - Incorporações Imobiliárias 1.183 3.123  
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (\*) (426) (441)  
Provisão para distratos (\*) (180) (384)  
**577 2.298**

(\*) As provisões foram contabilizadas na rubrica de despesas com vendas.

Circulante 2021 2020  
Não circulante 548 2.297  
29 1

As parcelas do circulante e não circulante têm vencimento conforme segue a seguir:

**Vencidas** 2021 2020  
Até 90 dias 9 6  
De 91 a 180 dias 6 515  
Acima de 180 dias 1.116 2.541  
**1.131 3.062**

**A vencer** 2021 2020  
2021 - 60  
2022 23 1  
2023 13 -  
2024 12 -  
2025 4 -  
**52 61**

(-) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (426) (441)  
(-) Provisão para distratos (180) (384)  
**577 2.298**

**6. Estoques:** Refere-se ao empreendimento imobiliário denominado Residencial São Cristóvão com a finalidade de venda para fins residenciais. O saldo do estoque em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está composto da seguinte forma.

Imóvel a comercializar - Unidade concluída 2021 2020  
122 245  
**122 245**

O empreendimento é constituído de 1.444 unidades autônomas, distribuídas em 19 torres, divididas em 5 fases, as quais foram concluídas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 1 unidade em estoque, os percentuais de vendas das respectivas fases do empreendimento são:

	2021	2020
Fase I	100,00%	100,00%
Torre Azulão	100,00%	100,00%
Torre Beija Flor	98,68%	100,00%
Torre Colibri	100,00%	100,00%
Torre Sabiá	100,00%	100,00%

### Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	13	194	315
<b>Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados</b>			
Custo dos imóveis vendidos	14	(122)	(367)
<b>Lucro bruto/(Prejuízo)</b>		<b>72</b>	<b>(52)</b>
<b>Outras/(despesas) receitas operacionais</b>			
Vendas	(5)	(70)	
Administrativas e gerais	15	(504)	(1.641)
Outras receitas		183	157
		<b>(326)</b>	<b>(1.554)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	16	55	216
Despesas financeiras	16	(8)	(12)
		<b>47</b>	<b>204</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(207)</b>	<b>(1.402)</b>
Imposto de renda	17	(29)	(13)
Contribuição social	17	(13)	(7)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(249)</b>	<b>(1.422)</b>

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(249)</b>	<b>(1.422)</b>
Resultados abrangentes		
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(249)</b>	<b>(1.422)</b>

### Fase II

	2021	2020
Torre Albatroz	100,00%	100,00%
Torre Canário	100,00%	100,00%
Torre Ibis	100,00%	100,00%
Torre Pardal	100,00%	100,00%

### Fase III

	2021	2020
Torre Arara	100,00%	100,00%
Torre Cacatua	100,00%	100,00%
Torre Cotovia	100,00%	100,00%
Torre Santa Helena	100,00%	100,00%

### Fase IV

	2021	2020
Torre Gaivota	100,00%	100,00%
Torre Ibiapá	100,00%	100,00%
Torre Perdiz	100,00%	100,00%
Torre Pica Pau	100,00%	100,00%

### Fase V

	2021	2020
Torre Martin Pescador	100,00%	98,68%
Torre Tucúvia	100,00%	98,68%
Torre Uirapurú	100,00%	100,00%

A obra foi concluída em 16 de dezembro de 2017 conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de instalação do condomínio. Os saldos em estoque das unidades a comercializar são revisados anualmente para avaliar a recuperação do valor contábil, na data de encerramento do exercício foi comparado o valor contábil com o seu valor realizável por meio dos fluxos de caixas esperados, na qual não foi apurado valor de perda.

### 7. Impostos a recuperar:

	2021	2020
IRPJ e CSLL a compensar	65	73
ISS	-	68
	<b>65</b>	<b>141</b>
	65	73
	-	68

### 8. Partes relacionadas:

As partes relacionadas da Companhia estão compostas pela Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Banif Real Estate (Brasil) S/A, acionistas da Companhia, bem como as empresas que fazem parte de seus respectivos grupos societários, seus administradores e usufrutuários.

### Passivo

	2021	2020
<b>Contas a pagar (a)</b>	<b>-</b>	<b>1.600</b>
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	800
Banif Real Estate (Brasil) S/A	-	800
<b>Dividendos a pagar (12.d)</b>	<b>-</b>	<b>6</b>
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	3
Banif Real Estate (Brasil) S/A	-	3
	<b>-</b>	<b>1.606</b>

### Circulante

	2021	2020
<b>Resultado (b)</b>	<b>(27)</b>	<b>(229)</b>
Assessoria e Consultoria - PJ	(27)	(229)
<b>Total</b>	<b>(27)</b>	<b>(229)</b>

(a) O saldo passivo de R\$ 1.600, refere-se a redução de capital a liquidar - conforme AGE de 09/09/2020 - registrada na JUCESP em 08/12/2020. A SC Empreendimentos e Participações SPE S.A. liquidou integralmente o saldo com partes relacionadas em julho de 2021. (b) Refere-se a contrato de prestação de serviços de gestão técnica e financeira com a relacionada Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda., que inclui a prestação de serviços jurídicos-administrativos, acompanhamento e análise do projeto, publicidade e gestão comercial, coordenação da cobrança, atendimento aos promissários compradores, elaboração de controles financeiros, gestão do financiamento, etc. A base de remuneração está vinculada a 1% do rendimento bruto mensal do VGV - Valor Geral de Vendas.

### 9. Terrenos a pagar:

	2021	2020
Terrenos a pagar	367	634
	<b>367</b>	<b>634</b>
	108	616
	259	18

### Circulante

	2021	2020
<b>Resultado (b)</b>	<b>(27)</b>	<b>(229)</b>
Assessoria e Consultoria - PJ	(27)	(229)
<b>Total</b>	<b>(27)</b>	<b>(229)</b>

(a) O saldo passivo de R\$ 1.600, refere-se a redução de capital a liquidar - conforme AGE de 09/09/2020 - registrada na JUCESP em 08/12/2020. A SC Empreendimentos e Participações SPE S.A. liquidou integralmente o saldo com partes relacionadas em julho de 2021. (b) Refere-se a contrato de prestação de serviços de gestão técnica e financeira com a relacionada Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda., que inclui a prestação de serviços jurídicos-administrativos, acompanhamento e análise do projeto, publicidade e gestão comercial, coordenação da cobrança, atendimento aos promissários compradores, elaboração de controles financeiros, gestão do financiamento, etc. A base de remuneração está vinculada a 1% do rendimento bruto mensal do VGV - Valor Geral de Vendas.

### 10. Impostos e contribuições a recolher:

	2021	2020
RET diferido	46	108
IRPJ e CSLL diferido	1	10
PIS e COFINS diferido	1	15
RET corrente a pagar	7	27
IRPJ e CSLL corrente a pagar	35	1
Outros	1	1
	<b>91</b>	<b>162</b>

Os impostos diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal que determina a tributação pelo regime de caixa e a efetiva apropriação do lucro. **11. Provisão para contingências:** A Companhia é parte em processos de natureza cível que envolvem basicamente discussão relacionadas ao empreendimento Residencial São Cristóvão. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes decorrentes do curso normal de suas operações e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante estimado de R\$ 31 (R\$ 90 em 2020), considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações cíveis em curso. A Companhia possui ainda contingências passivas envolvendo questões cíveis no montante de R\$ 254 (R\$ 389 em 2020) de